

## A ASCENSÃO DA INSIGNIFICÂNCIA NA OBRA DE CORNELIUS CASTORIADIS

Alfran Marcos Borges Marques<sup>1</sup>

### RESUMO

A utilização do conceito de insignificância adverte sobre o risco de um processo de destituição da atual democracia eleitoral, o contraditório regime de compromisso nascido do equilíbrio entre as oligarquias liberais e as maiorias sociais, processo que conduziria à lenta desintegração dos valores que a sustenta. Sem compartilhar de excesso de pessimismo histórico, tenta-se compreender o atual estado da sociedade e da perda crescente da capacidade de dar sentido às vidas individuais e coletivas nas sociedades ocidentais. A lógica do capitalismo realmente existente é uma lógica sem projeto, inclusive nos países privilegiados. O que existe é uma fuga da sociedade que não está disposta a pensar profundamente sobre si mesma. Nestas condições, os indivíduos não se convertem em cidadãos plenos. O domínio do econômico é uma forma de auto-engano, oferecendo aos indivíduos uma identidade fictícia com base na expansão incontrolável do consumo de massas que pretende ocultar o vazio dos valores substantivos. A abordagem anticapitalista castoriadiana constitui uma fecunda tentativa de dar uma nova forma ao projeto emancipatório dos intelectuais e dos movimentos operários e expor o absurdo do crescimento econômico ilimitado como único projeto social. O projeto de autonomia opõe-se a toda verdade revelada, incluindo a teologia economicista, e propõe concentrar os esforços numa dupla necessidade: novos objetivos políticos e novas atitudes humanas.

**Palavras-chave:** capitalismo, pós-modernidade, oligarquia liberal, projeto de autonomia.

### RESUMEN

La utilización del concepto de insignificancia advierte sobre el riesgo de un proceso de destitución en la actual democracia electoral, el contradictorio régimen de compromiso nacido del equilibrio entre las oligarquías liberales y las mayorías sociales, proceso que supondría la lenta desintegración de los valores que aún la sustentan. Sin compartir excesos puntuales de pesimismo histórico, es pertinente intentar dar cuenta del estado de la sociedad, y de la acelerada pérdida de la capacidad de dar sentido de la vida individual y colectiva en las sociedades occidentales. La lógica del capitalismo realmente existente es una lógica sin proyecto, incluso en los países privilegiados. Lo que hay es una huida hacia delante de una sociedad que no está dispuesta a pensar a fondo sobre sí misma y hacia dónde va. En esas condiciones los individuos no se convierten en ciudadanos plenos. El dominio de lo económico es una forma de autoengaño, dotando a los individuos de una identidad ficticia sobre la base de la metástasis del consumo de

---

<sup>1</sup> Mestre e bacharel em Filosofia e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desenvolve pesquisa em Filosofia do Direito, Filosofia Política, Filosofia Contemporânea. E-mail: [alfran@ymail.com](mailto:alfran@ymail.com)

masas que pretende ocultar el vacío de todo valor sustantivo. La aportación anticapitalista castoriadiana constituye un intento fecundo de dar una nueva forma al proyecto emancipatório de los intelectuales y de los movimientos obreros y de poner de manifiesto el absurdo del crecimiento económico ilimitado como único proyecto social. El proyecto de autonomía se opone a toda verdad revelada, incluida la teología economicista y propone centrar los esfuerzos en una doble necesidad: nuevos objetivos políticos y nuevas actitudes humanas.

**Palabras clave:** capitalismo, posmodernidad, oligarquía liberal, proyecto de autonomía.

## 1 INTRODUÇÃO

O caráter essencial da época moderna encontrava-se na oposição e tensão entre as duas significações sociais nucleares, de um lado a autonomia individual e social, do outro lado o “domínio racional”. “Esse conflito foi, em si mesmo, a força motriz central do desenvolvimento dinâmico da sociedade ocidental durante essa época, e a condição *sine qua non* da expansão do capitalismo e da limitação das irracionalidades da ‘racionalização’ capitalista.” (CASTORIADIS, p.22, 1992). As duas grandes guerras mundiais, a emergência do totalitarismo, a derrota do leninismo e do stalinismo, e o declínio da mitologia do progresso, marcam a entrada das sociedades ocidentais numa nova fase social-histórica. Em outras palavras, tais eventos marcam o fim de um período de radicalização do projeto de autonomia nos campos social, político e intelectual.

O período que se segue a 1950 é caracterizado principalmente pela evanescência do conflito social, político e ideológico que tem por principal fenômeno a pulverização do totalitarismo comunista e o nascimento de importantes movimentos (mulheres, minorias, estudantes e jovens), mesmo que nenhum destes tenha sido capaz de propor uma nova visão da sociedade, nem afrontar o problema da instituição política como tal. Depois da breve efervescência dos movimentos reivindicatórios dos anos sessenta, o projeto de autonomia, tal como o concebe Castoriadis, é eclipsado pelo crescimento da privatização, da despolitização, e do individualismo presentes nas sociedades contemporâneas. “Um grave sintoma concomitante é a atrofia completa da imaginação política. A pauperização intelectual dos ‘socialistas’ como dos ‘conservadores’ é aterradora.” (CASTORIADIS, p.22, 1992). A pouca combatividade do atual conflito social e político encontra a necessária contrapartida nos campos intelectual e artístico com a ausência do

espírito intelectual crítico e autêntico, conformismo que se encontra materializado tanto na reprodução de banalidades, “mas também quando os teóricos vão repetindo que não se pode ‘quebrar a clausura da metafísica greco-ocidental’”. (CASTORIADIS, p.26, 1992).

Enfim, toda essa conjuntura social e política permite a expansão ilimitada do “domínio racional” promovida pelo capitalismo que penetra na totalidade da vida social e tende a ser a fonte de formatação dos indivíduos. “Por intermédio do crescimento da instituição capitalista nuclear: a própria empresa se materializa num novo tipo de organização burocrata-hierárquica; gradualmente, a burocracia tecnogerencial torna-se o meio por excelência de empurrar o projeto capitalista.” (CASTORIADIS, p.20, 1992).

Tendo por pano de fundo o momento atual em que se encontra a ação política, neste artigo é explorado o conceito de insignificância desenvolvido por Cornelius Castoriadis como esforço para compreensão da crise política e filosófica experimentada no mundo contemporâneo. O primeiro passo para a elaboração do presente estudo é apontar as principais características da organização institucional das sociedades ocidentais contemporâneas. Em seguida, elucidar as diferentes interpretações da filosofia política classificada como pós-moderna que obscureceram as noções democráticas radicais e, conseqüentemente, o projeto de autonomia. Diante das sombras deixadas pelo declínio do marxismo e da alienação cada vez mais brutal do capitalismo defende-se o exercício da autonomia política e filosófica de forma radical enquanto único modo de viabilizar a ação consciente, lúcida e criativa.

## **2 A ASCENSÃO DA INSIGNIFICÂNCIA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS**

Nos últimos anos do século XX, nas sociedades consideradas greco-ocidentais, ocorre o fenômeno de desaparecimento dos movimentos que visavam modificações essenciais das instituições e ampla redefinição das atividades sociais (CASTORIADIS, 2002, p.15). O pluralismo, um dos pilares de sustentação da democracia liberal, da mídia e do mercado, torna-se a ideologia que defende a atuação difusa de grupos sociais e aponta para “o progresso histórico da esquizofrenia da consciência coletiva” (JAMESON, 2007, p.323), uma vez que, mesmo diante do acirramento das contradições sociais, as pessoas contentam-se e

se satisfazem com a existência supostamente democrática de grupos diferentes na sociedade. Essa seria a forma de expressão da hegemonia na nova fase do modo de produção capitalista: o convencimento acerca da incorporação das diferenças no interior do sistema. Por essa perspectiva, o capitalismo pretende se colocar como o único modo de produção verdadeiramente democrático e o único pluralista, não sendo necessária, dessa forma, uma ruptura com esse sistema, já que ele absorve, incorpora e inclui todas as diferenças de grupos existentes, ainda que, do ponto de vista das classes sociais – não mais reconhecidas pela lógica da oligarquia liberal – o conflito capital e trabalho persista e se agrave cotidianamente. Sem a crítica profunda da realidade concreta, não há nem programas opostos, nem participação das pessoas em conflitos ou lutas políticas, ou simplesmente ausência da atividade política. “O desaparecimento da luta política e social tem como primeiro efeito, portanto, o livre curso da irracionalidade do sistema. Este último perde os véus a partir do momento em que ninguém se opõe ao seu funcionamento segundo suas regras.” (CASTORIADIS, 2007b, p.338).

No plano social, não se dá apenas a burocratização dos sindicatos e sua redução ao aspecto estritamente burocrático, mas o quase desaparecimento das lutas sociais (CASTORIADIS, 2002, p.105). “Por mais paradoxal que possa parecer, é o desaparecimento dessa contestação que põe em perigo a estabilidade do regime. Foi porque os operários não se deixaram dominar que o capitalismo pôde se desenvolver da maneira como o fez.” (CASTORIADIS, 2002, p.117). Sem a tradicional força da luta do movimento operário, o mundo democrático cede espaço para a expansão da racionalidade capitalista que tende a considerar a maioria das pessoas enquanto pertencentes às relações estanques que fomentam a produção desenfreada e consumo passivo. Na atualidade, a classe trabalhadora encontra-se em níveis muito baixos de organização, ainda que, de uma forma ou de outra, as lutas dos trabalhadores continuem acontecendo em todo o mundo. As últimas décadas mostram que a privatização e a apatia social e política penetraram ainda mais profundamente nas camadas operárias do que nas outras (CASTORIADIS, 1985, p.75). O fato é que ocorre uma retração política e identitária da classe trabalhadora sob um duplo aspecto: em termos históricos, tendo em vista as mobilizações ocorridas há décadas atrás, que reuniam muito mais trabalhadores; e em termos de tendências, já que as grandes lutas dos trabalhadores constituem-se como uma exceção e não como uma regra no

panorama político atual. É preciso reforçar, entretanto, que não existe somente um desaparecimento político absoluto da classe trabalhadora, mas o retroceder do seu protagonismo como voz identitária coletiva e como agente mobilizador. “A classe operária, no sentido próprio da expressão, tende a se tornar uma camada numericamente minoritária nos países de capitalismo moderno; e, o que é ainda mais importante, não se manifesta mais e não se põe mais como classe.” (CASTORIADIS, 1985, p.73).

No plano político instituído, os partidos, inteiramente transformados em máquinas burocráticas, deixaram de possuir a capacidade de formar e mobilizar grandes contingentes de indivíduos, apenas concorrem na disputa eleitoral da democracia liberal para legitimar fragilmente uma classe de dirigentes que cada vez mais se distancia das bases na hora de tomar decisões em gabinetes dominados pelos tecnocratas das empresas capitalistas. Ao mesmo tempo, o Estado é representado como um operador abstrato de unificação da sociedade, apoiado numa estrutura de aparelho hierárquico-burocrático praticamente independente e separado dos seus administrados (CASTORIADIS, 2004, p.219). A inversão das relações entre o econômico e o político é a causa profunda do descrédito que atinge esse último, cabe à sociedade adaptar-se sem questionamentos às necessidades do desenvolvimento sem limites do vazio das significações sociais produzidas para aprisionar as pessoas na pequena esfera dos assuntos privados, sem reivindicar a participação ativa de ninguém na construção da lógica do sistema. “No entanto, o sistema funciona, as instituições se reproduzem e se desenvolvem, porém, em ritmo livre, no vazio, sem aderência ou sentido, cada vez mais controladas por especialistas, os únicos ainda a querer injetar sentido e valor onde já reina um deserto apático.” (LIPOVETSKY, 2005, p.19). Desta maneira, não há sequer a presença do projeto reformista socialdemocrata porque a ideologia da oligarquia liberal divulga a ausência, ou pouca importância, das contradições entre as classes sociais porque as respostas das questões políticas, sociais e econômicas residem no receituário oferecido pelos especialistas. Com isso, nenhuma mudança real que questione a realidade vigente adquire legitimidade perante uma sociedade que é incapacitada de tomar consciência dos vários problemas oriundos do sistema produtivo e organizativo.

Por outro lado, os sindicatos contemporâneos reduzem seu campo de atuação na defesa de interesses setoriais e corporativos sem qualquer preocupação

de armar teoricamente nem estrategicamente seus adeptos. “Se necessário, eles certamente entram em conflito, mas para defender interesses corporativos, dando-lhes uma definição que transforma as diferentes categorias de trabalhadores em outros tantos lobbies.” (CASTORIADIS, 2002, p.15). Os grandes movimentos sociais, que simbolizavam os confrontos entre patrões e operários, entre a burguesia e o proletariado, fragmentam-se em uma multiplicidade de interesses de categorias profissionais, portadores de identidades parciais. Os movimentos reivindicatórios de jovens, mulheres, minorias étnicas e ecologistas são incapazes de articular seus objetivos em termos mais amplos e ao mesmo tempo objetivamente pertinentes e mobilizadores. “Como agentes diretos da indiferença, compreendemos porque o sistema reproduz de modo ampliado os sistemas de sentidos e de responsabilização, cuja finalidade consiste em produzir um engajamento vazio.” (LIPOVETSKY, 2005, p.26). Esses movimentos contra a ordem existente são, em sua maioria, corporativistas além de muito parciais e limitados quanto aos seus objetivos últimos. “Cada um desses lobbies é, com efeito, capaz de entravar eficazmente toda política contrária aos seus interesses reais ou imaginários; nenhum dentre eles tem uma política geral e, mesmo que a tivessem, não teriam a capacidade de impô-la.” (CASTORIADIS, 2002, p.16). No caso específico dos partidos verdes, procuram estabelecer uma base de apoio político por meio da preocupação com a destruição ambiental sem definir as causas socioeconômicas subjacentes à exploração da natureza, retirando qualquer possibilidade de relação entre o avanço do modo de produção capitalista e a degradação dos recursos naturais. O incontestável imperativo de proteção ambiental se revelou inadmissível em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor para a aplicação de alternativas sustentáveis. O capitalismo se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo. Os movimentos de “questão única”, mesmo quando lutam por causas não-integráveis ao sistema, podem ser derrotados e marginalizados porque não conseguem representar uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como proposta diferente de controle e reprodução social. Também colaborou para o recolhimento do projeto de autonomia o desmoronamento do marxismo-leninismo que empurrou o Leste Europeu para a dominação capitalista brutal sem qualquer teoria ou organização que garantissem os poucos direitos trabalhistas e civis conquistados nos governos soviéticos. “A despolitização e a

'dessindicalização' atingem proporções jamais vistas, a esperança revolucionária e a contestação estudantil desapareceram, a contracultura se esgota, raras são as causas capazes de galvanizar as energias a longo prazo." (LIPOVETSKY, 2005, p.32). A enorme desilusão provocada pela queda do ideário comunista abriu caminho para a dominação, sem oposição relevante, da democracia liberal representativa que resultou no desinteresse total pela política, considerada sinônimo de truque, tramóia, manobra suspeita (CASTORIADIS, 2002, p.81). "No ocidente, a convicção das populações de que vivem sob um regime que é o menos ruim possível será reforçada e acentuará seu mergulho na irresponsabilidade, na distração e na retirada para a esfera 'privada' (evidentemente menos privada do que nunca)." (CASTORIADIS, 2002, p.53).

Diante do esfacelamento da crítica, da falta de compromisso com a condução da instituição social e do niilismo generalizado, Castoriadis (2002, p.17) pergunta em que medida as sociedades ocidentais são capazes de fabricar o tipo de indivíduo necessário ao seu funcionamento continuado. "Trata-se de uma mutação sociológica global que está em curso, uma criação histórica próxima daquilo que Castoriadis chama de 'significação imaginária central', combinação sinérgica de organizações, significados, de ações e valores que vem se formando desde 1920." (LIPOVETSKY, 2005, p.16) Onde está o sentido vivenciado como imperecível pelos homens e mulheres contemporâneos? (CASTORIADIS, 2002, p.150) "Em suma, estamos falando desta forma porque, em nossa cultura, o processo de identificação, a criação de um 'si' individual-social passa por lugares que não existem mais, ou que estão em crise." (CASTORIADIS, 2002, p.147). Pela primeira vez na história a sociedade não pode dizer nada sobre si mesma, sobre o que ela é e o que quer, sobre o que vale e não vale (CASTORIADIS, 2009, p.27). Todas as sociedades precisam representar a si mesmas como alguma coisa que está necessariamente ligada a um querer ser esta sociedade particular, em outras palavras, um investimento ao mesmo tempo da coletividade concreta e dos meios pelos quais a coletividade ganha identidade (CASTORIADIS, 2002, p.149). A ruína gradual das ideologias de esquerda, o triunfo da sociedade de consumo, a crise das significações imaginárias da sociedade moderna, tudo isso gera a atual crise de sentido que permite a continuidade dos elementos da atual conjuntura de falta de substância para as significações sociais. A fuga para a esfera privada retira do indivíduo a capacidade de se inscrever em uma comunicação social e nas interações coletivas relativas ao

compartilhamento de valores comunitários, eliminando o espaço público de ação e as condições intersubjetivas da reflexividade. A desagregação acelerada da educação revela a crise dos objetivos traçados pela sociedade que é incapaz de formular os programas de formação dos indivíduos socialmente desejados. O indivíduo parte para a vivência social sem os valores e normas que o capacitem para a atividade política, sem qualquer amparo numa solidariedade social com a comunidade local. Nas sociedades ocidentais reina o vazio total de significação, nelas os únicos valores que persistem são o dinheiro, a notoriedade na mídia ou o puro poder coercitivo. Os indivíduos são confrontados com uma luta cada vez mais solitária para existir socialmente. Entram numa competição voraz uns com os outros alimentando os desejos de ascender à elite ou pelo menos manter uma posição confortável que permita gozar das promessas de consumo supérfluo (GAULEJAC, 2007, p.242).

Construídas a partir das teorias do capital humano, a educação assume por finalidade produzir agentes adaptados às necessidades da economia capitalista, ou seja, produzir o indivíduo conforme os mesmos processos que a produção dos serviços comerciais e dos bens de consumo (GAULEJAC, 2007, p.265). O sistema educativo deve produzir, conforme esse programa, alunos empregáveis adaptados ao mercado de trabalho e às necessidades da economia, desde cedo o indivíduo é submetido aos cânones da ideologia da oligarquia liberal. “Não há aqui fracasso ou resistência ao sistema, a apatia não é um defeito de socialização, mas, sim, uma nova socialização suave e ‘econômica’, uma descontração necessária ao funcionamento do capitalismo moderno enquanto sistema experimental acelerado e sistemático.” (LIPOVETSKY, 2005, p.25) As comunidades são destruídas e a solidariedade é substituída pela nova ideologia burocrática capitaneada pela oligarquia liberal cujos preceitos geram o conformismo generalizado que deixa uma pequena margem de manobra aos cidadãos garantida pelo reduzido número de direitos civis negativos. Por isso, a atividade educacional deixa de assumir o seu papel de transmissão das significações sociais, tornado-se algo exterior e sem sentido, tanto para os professores como também para os alunos, na medida em que a ideologia da oligarquia liberal assume o controle da linguagem pela onipresente mídia publicitária. “Nem alunos, nem professores se interessam pelo que se passa na escola como tal, a educação não é mais investida como educação pelos participantes. Ela se tornou um penoso ganha-pão para os educadores, uma



imposição tediosa para os alunos.” (CASTORIADIS, 2002, p.18). “Hoje em dia, a palavra do mestre deixou de ser sagrada, tornou-se banal e situa-se em pé de igualdade com a palavra da mídia e o ensino se transformou em máquina neutralizada pela apatia escolar feita de atenção dispersa e de ceticismo desenvolvido em relação ao saber.” (LIPOVETSKY, 2005, p.21). Contra esse sistema educacional, que toma o processo de aprendizado somente para garantir a reprodução heterônoma, deve a atividade lúcida e reflexiva dos cidadãos combater o reino dos políticos profissionais, dos especialistas e ideologização midiática. Trata-se da necessidade de uma nova organização da formação educacional que a torne um campo onde as capacidades humanas possam se manifestar numa verdadeira democracia em que todos participem na tomada de decisões. Uma nova Paidéia para formar cidadãos capazes de governar e serem governados (CASTORIADIS, 2002, p.111). “A educação começa com o nascimento do indivíduo e termina com a sua morte. Ela se dá continuamente, em todos os lugares. Os muros da cidade, os livros, os espetáculos, os acontecimentos educam – e, hoje, essencialmente deseducam.” (CASTORIADIS, 2002, p.84).

Tal ruína da auto-representação presenciada nas crises dos sistemas educacionais contemporâneos consiste na impossibilidade da sociedade colocar-se como coisa, ente singular e único que se deixa representar através das significações imaginárias instituidoras da coesão social capazes de conferir identidade à sociedade particular. Esse estágio de atomismo social é consequência direta do individualismo liberal que descreve o corpo social como simples coleção de indivíduos exteriormente uniformes, homogeneizados e efêmeros, praticando forçosamente os mesmos costumes. A sociedade capitalista-burocrática esconde as estruturas antropológicas que correspondem às estruturas socioeconômicas que determinam a maneira do indivíduo contemporâneo comporta-se no individualismo, como se este padrão psicossocial fosse completamente indeterminado ou como se existisse um indivíduo em si apartado da sua sociedade particular, a - histórico e a - social (CASTORIADIS, 2004, p.222). A ideologia liberal contemporânea oculta a realidade social-histórica da sociedade instituída porque não compreende a expressão concreta do imaginário central da época que molda sua orientação, seus valores, o impulso da sociedade e seus afetos (CASTORIADIS, 2004, p.226). “Ao contrário, esses indivíduos ‘pertencem’ a esta sociedade porque eles participam de suas significações imaginárias sociais, de suas ‘normas’, ‘valores’, ‘mitos’,

'representações', 'projetos', 'tradições', etc." (CASTORIADIS, 2002, p.20). Por não existir natureza individual anterior ao processo de socialização, a primeira tarefa da educação é transferir a necessidade de auto-representação da sociedade particular aos indivíduos que são os únicos portadores da realidade concreta ao serem moldados de acordo com a instituição da sociedade particular. A crise das sociedades ocidentais contemporâneas representa a incapacidade da instituição de apresentar-se como alguma coisa inerente aos indivíduos que deseja formar e conter. "Isso não é senão uma outra maneira de dizer que há uma crise de significações imaginária sociais que elas não fornecem mais aos indivíduos as normas, os valores, os pontos de referência, as motivações que lhes permitiam fazer funcionar a sociedade." (CASTORIADIS, 2002, p.21). O homem contemporâneo age como se ele suportasse a sociedade, representado na figura do estado ou mesmo em outrem. "Ele já não alimenta projeto relativo à sociedade – nem o de sua transformação, nem mesmo o de sua conservação/reprodução. Ele já não aceita as relações sociais nas quais se sente preso e que apenas reproduz porque não pode deixar de fazê-lo." (CASTORIADIS, 2002, p.22). A sociedade atual é incapaz de afirmar e valorizar um projeto de transformação social ao qual o indivíduo participe de maneira ativa e consciente, que se contraponha ao niilismo ideológico pseudo-subversivo presenciado no atual fenômeno social, e isso se deve principalmente ao desgaste sem precedentes das significações imaginárias sociais (CASTORIADIS, 2002, p.36). E o resultado da derrota provisória do projeto de autonomia consiste nos mais variados problemas sociais e psicológicos experimentados por todos e que geram atomização e falta de comunicação com os outros seres humanos: perda de sentido das significações sociais e descrédito quanto aos assuntos coletivos. "O capitalismo não precisa da autonomia, e sim de conformismo. Seu atual triunfo deve-se ao fato de que vivemos numa época de conformismo generalizado – não apenas no que diz respeito ao consumo, mas também à política, às idéias, à cultura, etc." (CASTORIADIS, 2002, p.115). Tanto a esfera pública quanto a esfera privada desaparecem, substituídas por um espaço homogeneizado e comercial, instaura-se uma sociedade massificada e manipulada.

Mesmo assim, movimentos como Maio de 68 e outras revoltas que surgiram no final do século XX mostram a persistência do projeto de autonomia que se recusa a sucumbir diante do capitalismo burocrático, apesar da imensa dificuldade em prolongar a crítica através da busca pela autonomia simultaneamente individual e

social para que se possa instaurar o autogoverno coletivo. “Desde meados dos anos 70, pudemos ver que havia em tudo isso uma espécie de última grande chama dos movimentos começados com o Iluminismo. Prova disso é o fato que todos eles não mobilizaram afinal senão pequenas minorias da população.” (CASTORIADIS, 2002, p.102). “Porém, ao mesmo tempo, como deixar de ver aí a deserção e a indiferença que trabalham o mundo contemporâneo? ‘Revolução sem finalidade’, sem programa, sem vítima nem traidor, sem enquadramento político.” (LIPOVETSKY, 2005, p.27). A dificuldade do projeto de autonomia estender-se a todos os campos da instituição social, e manter o questionamento consciente das significações coletivas, reside na reafirmação da representação política personificada na ideia de Estado contida no imaginário político moderno. “É assim que, na modernidade, a política como atividade coletiva (e não profissão especializada) só pode estar presente até aqui como espasmo e paroxismo, reação aos excessos de um poder hostil e inevitável, inimigo e fatalidade – em suma, somente como ‘revolução’.” (CASTORIADIS, 2002, p.37). A dissolução dos movimentos do final do século XX instaurou uma nova fase de burocratização conduzida pela reclusão à vida privada e idiotização promovida por meio da mídia pop. Apesar disto, a pequena margem de liberdade ainda existente dentro do regime capitalista contemporâneo só é possível porque é o subproduto sedimentado por todas as pessoas que abraçaram o projeto de autonomia no passado, sempre atualizado nos movimentos populares que se recusam a compartilhar o ceticismo sobre as questões públicas. “Ainda que fosse esse o caso, seria incongruente ver aí o ‘sentido’ de 1776 e de 1789, de 1871 de 1917 e de Maio de 68, pois, mesmo nesta hipótese de pesadelo, esse sentido terá sido a tentativa de fazer existirem outras possibilidades da existência humana.” (CASTORIADIS, 2002, p.39).

É obvio que capitalismo não se modificou, na verdade se tornou relativamente tolerável senão em virtude das lutas econômicas, sociais e políticas que surgiram nos dois últimos séculos promovidas pelos movimentos reivindicatórios. Contudo, se por um lado houve o capitalismo dilacerado pelo conflito e obrigado a enfrentar a forte oposição interna, principalmente do movimento operário, por outro lado o capitalismo tenta, por meio dos lobbies corporativos, manipular as pessoas com a exaltação dos pequenos prazeres da vida privada, esforço contrário à finalidade da original da política que não consiste na busca da felicidade plena, que só pode ser uma questão privada, mas a autonomia individual

e coletiva. “O que resta hoje como herança defensável da criação europeia e como germe de um futuro possível é um projeto de autonomia da sociedade, que se encontra numa fase crítica. É nossa responsabilidade fazê-lo reviver, avançar e fecundar as outras tradições.” (CASTORIADIS, 2002, p.65).

Dos embates entre a liberdade individual, nos moldes liberais, e a antiga bandeira da justiça social, a oligarquia liberal conduziu as condições materiais de produção e reprodução da vida no capitalismo para o hedonismo desmedido. A retórica liberal, com sua ênfase nos direitos negativos, no multiculturalismo, e no consumismo narcisista, sufocou a busca por justiça social ao fragmentar as lutas civis, travadas em espaços de autonomia cada vez mais contaminados pela ideologia que valoriza o recolhimento aos limites da vida privada. “Desconectando o desejo dos arranjos coletivos, fazendo as energias circularem, controlando os entusiasmos e as indignações relativas ao social, o sistema convida ao repouso, ao desengajamento emocional.” (LIPOVETSKY, 2005, p.20). Trata-se da administração de pequenos espaços de liberdade onde se reivindica o avanço milimétrico dos direitos negativos sem qualquer preocupação em questionar as significações sociais centrais sustentáculos do imaginário capitalista. De fato, as “liberdades” que ainda subsistem, embora parciais e essencialmente defensivas, são importantes testemunhos das longas lutas anteriores por direitos e mais participação na organização social total. Na realidade sócio-histórica efetiva do capitalismo contemporâneo, essas liberdades conquistadas para resguardar a pessoa política contra ataques privados de grupos sociais e para permitir a liberação para o exercício político, funcionam cada vez mais como simples complemento instrumental do dispositivo de maximização das fruições individuais. “E são estas ‘fruições’ que constituem o único conteúdo substantivo do individualismo de que tanto se fala.” (CASTORIADIS, 2002, p.72). Protegidos por essa miopia promovida pelos interesses individuais atomizados, a oligarquia liberal, sempre desconfiada de qualquer traço de democracia efetiva, fortalece as funções executivas e judiciárias, em geral exercidas pelos especialistas oriundos das próprias corporações, para assim justificar o monopólio do seu poder no discurso racional da pseudociência chamada “Teoria Política”. A aceitação da ideologia da oligarquia liberal coloca uma concepção degradante do Estado, que não é mais considerado como elemento central de regulação, mas como um aparelho não rentável cujo funcionamento é necessário modernizar de acordo com a lógica da empresa capitalista. “O cidadão,

transformado em cliente, protesta contra a baixa do serviço político, exige uma baixa dos preços por meio do alívio dos impostos, ou ameaça abster-se de votar, da mesma forma que o cliente descontente recusa pagar se o produto não corresponde ao esperado.” (GAULEJAC, 2007, p.313). A assimilação da sociedade ao conceito de empresa faz com que a política perca sua dignidade, esquecendo que a democracia é o regime onde cada cidadão possa ter lugar ativo na organização geral da sociedade, sejam quais forem suas origens, competências, convicções ou meios. “Quando a sociedade é concebida como uma empresa que é preciso gerenciar, quando os critérios de gestão são mais importantes que a análise política, assistimos a uma inversão entre meios e fins, entre o peso das normas financeiras e as missões ‘políticas’ das instituições.” (GAULEJAC, 2007, p.270). A superabundância de bens e a alienação dos consumidores tornam cada vez mais repetitivo e destruidor o processo de produção e consumo, eliminando a chance do planejamento coletivo que deveria escolher qual o sistema produtivo mais adequado ao projeto de autonomia.

Mas o individualismo puro não pode determinar os objetos de desejo nem a hierarquia de atividades desempenhadas na sociedade porque essa valoração das coisas é determinado pelo campo histórico resultado da instituição específica da sociedade de onde vem suas significações imaginárias. “Supostamente ‘livre’ para dar à sua vida o sentido que ‘desejar’ ele só lhe ‘dá’, geralmente o ‘sentido’ corrente, ou seja, o não-sentido do aumento indefinido do consumo. Sua ‘autonomia’ se transforma em heteronomia, sua autenticidade é o conformismo generalizado.” (CASTORIADIS, 2002, p.72). Este individualismo não pode ser uma forma vazia na qual os indivíduos “fazem o que bem entendem”, pois a significação social “individualismo” é preenchida pelo imaginário social dominante que molda a linguagem de acordo com o projeto capitalista de expansão ilimitada da produção e do consumo. A filosofia política contemporânea e as ciências econômicas fundam seus estudos na falsa ideia de uma substância individual com determinações essenciais fora ou antes de toda a sociedade. Ao contrário do que prega a fantasia da teoria liberal, a autonomia individual implica necessariamente na autonomia coletiva enquanto criadora de sentido para a vida do indivíduo que sempre está inscrito no quadro de uma criação coletiva de significações. “O indivíduo individuado cria um sentido para sua vida ao participar das significações criadas por sua sociedade, ao participar de sua criação, seja como o ‘autor’, seja como ‘receptor’

(público) dessas significações.” (CASTORIADIS, 2002, p.73). A liberdade geral, abstrata e universal tomada como significação central pelo individualismo contemporâneo se torna insustentável na medida em que as pessoas não querem realizar nada com ela, transformando-a em pura figura do vazio. “Aterrorizado diante deste vazio, o homem contemporâneo se refugia na acumulação laboriosa do seu ‘lazer’, cada vez mais repetitivo e acelerado.” (CASTORIADIS, 2002, p.76). Disso decorre a degradação crescente do espaço público e a destruição dos tipos antropológicos que condicionaram a própria existência do sistema capitalista. “Não satisfeito em produzir o isolamento, o sistema engendra seu desejo, desejo impossível que, no instante em que é alcançado, revela-se intolerável: o indivíduo quer ser só, sempre e cada vez mais só, ao mesmo tempo em que não suporta a si mesmo estando só.” (LIPOVETSKY, 2005, p.30). A diminuição do afeto também é uma característica do individualismo exacerbado e tem implicação na vida psíquica, que se torna debilitada por súbitas depressões e mudanças de humor das pessoas, características da fragmentação das significações sociais. Nas artes, o reflexo dessa característica aparece em obras mais impessoais, que não externalizam o compromisso do artista de expor o abismo criativo, fazendo com que o compromisso com o estilo entre em declínio. “Essa mudança na dinâmica da patologia cultural pode ser caracterizada como aquela em que a alienação do sujeito é deslocada pela sua fragmentação” (JAMESON, 2007, p. 43).

Tendo em vista esses elementos, é importante também destacar que a noção contemporânea de indivíduo é baseada na ausência da historicidade e da memória; na falta de profundidade na leitura de mundo e nas relações humanas; e na fragmentação espacial, social e política das pessoas. Todos esses elementos são reforçados cotidianamente pelos mecanismos diretos de dominação ideológica, como os meios de comunicação de massa, que se tornaram um instrumento de peso para a manutenção do poder da classe dominante na sociedade capitalista. O projeto de autonomia capaz de mudar a ordem social pela tomada de poder é ideologicamente substituído pelo império da oligarquia liberal que governa somente para evitar, com muita dificuldade, o dilaceramento da sociedade, cada vez mais entregue à passividade do trabalho e consumo que gera a atual crise de auto-representação. “Deixando-se contaminar pela gestão, a política perde sua credibilidade e até sua legitimidade. Para uns, ela se ‘vendeu ao grande capital’, para os outros, ela é impotente para impedir a instauração de uma sociedade de

mercado na qual o homem é como qualquer mercadoria.” (GAULEJAC, 2007, p.281). No plano do funcionamento real da sociedade, a instituição democrática foi convertida no abrigo do poder do dinheiro, da tecnociência, da burocracia dos partidos, da mídia. No plano individual ocorre um novo tipo de fechamento de sentido que toma a forma do conformismo generalizado. “Diz-se: todo indivíduo é ‘livre’ – mas, de fato, todos recebem passivamente apenas o sentido que a instituição e o campo social lhes propõe e impõem: o teleconsumo, feito de consumo, de televisão, de consumo simulado via televisão.” (CASTORIADIS, 2002, p.236).

O consumo de bens, após a década de 1970, começou a dividir espaço com o consumo de serviços para diversão, como espetáculos e eventos. O tempo de vida desses serviços, como a ida ao museu ou ao cinema, embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. “Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos, faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo” (HARVEY, 1996, p. 258). O incremento galopante das forças produtivas não engendrou a emancipação rumo ao reino da liberdade, ao contrário, os indivíduos cada vez mais estão prisioneiros da mesma racionalidade presente nas fábricas, incapazes de vencer o eterno círculo de trabalho e consumo. “As horas vagas do *animal laborans* jamais são gastas em outra coisa senão em consumir, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites.” (ARENDDT, 2001, p.146). Os reflexos desse processo podem ser percebidos no âmbito da cultura, uma vez que a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias, valores e práticas estabelecidas foram acentuadas. A ascensão da insignificância, termo empregado por Castoriadis (2002) para se referir ao atual momento do social-histórico, pode ser identificada, na sua vertente econômica, na necessidade de produzir mercadorias que possam ser consumidas rapidamente, tendo em vista que é característica do regime de acumulação flexível a aceleração do tempo de giro do capital como forma de acentuar os lucros. “Um discurso insignificante é aquele que se fecha continuamente sobre si mesmo, cada termo podendo ser substituído por um outro em um permanente sistema circular.” (GAULEJAC, 2007, p.89). A linguagem da insignificância erradica os conflitos de interesse pela afirmação de valores que se pretendem destituídos de localização, o que desestrutura a

univocidade identitária necessária para a permanência e compartilhamento das significações sociais. “Quando dizemos tudo e também seu contrário, a discussão não é mais possível. Ainda mais quando a aparente neutralidade, o pragmatismo e a objetividade apresentam um programa que parece incontestável.” (GAULEJAC, 2007, p.91). Por isso, para que possa cumprir com o eterno esforço de insignificância, a descartabilidade é um valor fundamental das sociedades atuais, a qual pode ser percebida em relação a bens de consumo que são jogados fora diariamente, como embalagens, guardanapos e roupas, mas também em relação a valores e estilos de vida, como o desapego a pessoas e lugares, a relacionamentos estáveis e a determinados modos de ser e agir. “A quantofrenia, o ‘falar vazio’, a insignificância, a normalização do ideal são todos eles processos que ilustram a falência simbólica dos discursos gestionários.” (GAULEJAC, 2007, p.294).

### **3 FILOSOFIA E PÓS-MODERNIDADE**

Sobre outro aspecto, o pensamento cai com freqüência nas proclamações do fim da filosofia ou fim das grandes narrativas que reduzem toda a história do pensamento greco-ocidental ao fechamento metafísico do projeto racionalista. “A incapacidade que passa hoje a filosofia de criar novos pontos de vista, novas idéias filosóficas exprime, nesse campo particular, a incapacidade da sociedade contemporânea de criar novas significações sociais, e de questionar a si própria.” (CASTORIADIS, 2002, p.90). As únicas “criações” residem apenas na inovação tecnológica, produtiva, comercial e financeira, quase nunca veio algo de relevante da filosofia contemporânea porque esta se esquivava de provocar as mudanças sociais necessárias para a emancipação dos homens. Castoriadis (2002, p.91) comenta: “A imagem mais clara dessa situação é dada pelas ‘teorias do pós-modernismo’, que são a expressão mais nítida, eu diria mesmo a mais cínica, da recusa (ou da incapacidade) de questionar a situação atual.” Além da falta de profundidade crítica da filosofia contemporânea, após o desmoronamento dos regimes totalitários e a pulverização do marxismo-leninismo, a maioria dos intelectuais profissionais passou a associar imediatamente o sistema político ocidental ao ideal democrático como se fosse uma questão de simples oposição ao totalitarismo. Isso é resultado do esquecimento e da ocultação da efetividade do atual momento do social-histórico realizado pelos “teóricos políticos” incapazes de repensar com profundidade a



influência das categorias deixadas pelos sistemas racionais sobre as recentes correntes totalitárias (CASTORIADIS, 2004, p.213).

Ainda que as teorias do pós-modernismo tenham surgido de maneira dispersa, elas possuem uma unidade ideológica no que se refere ao predomínio da democracia liberal como o horizonte insuperável desta época, o que contribuiu, a partir dos anos de 1970, para o fortalecimento da perspectiva de forças conservadoras da sociedade (ANDERSON, 1999). “Temos assim uma repetição interminável da crítica ao totalitarismo, que está chegando com um atraso de setenta anos, e que permite silenciar os problemas ardentes do presente: a decomposição das sociedades ocidentais, a apatia, a corrupção e o cinismo político, etc.” (CASTORIADIS, 2002, p.99). A postura do intelectual contemporâneo apolítico, que recusa o papel de responsabilidade necessariamente vinculado a sua atividade, confirma o pseudo- consenso generalizado que silencia as vozes discordantes e dissidentes dentro do grandioso mercado de consumo cultural ao eliminar qualquer diferença entre cultura pop idiotizante e reflexão social, consciente e lúcida. “Há traição por parte dos próprios críticos ao seu papel de críticos; há traição por parte dos autores em relação à sua responsabilidade e ao seu rigor; e há a vasta cumplicidade do público, que está longe de ser inocente nesta questão, visto que ele aceita o jogo.” (CASTORIADIS, 2002, p.101). Assim, em nome da pseudocientificidade, os intelectuais profissionais desqualificam o uso de algumas categorias e regiões do pensamento para não assumirem como verdadeiras as conclusões necessárias retiradas da observação lúcida dos acontecimentos sociais. “No plano da criação cultural, no qual evidentemente os julgamentos são os mais incertos e contestáveis, impossível subestimar o avanço do ecletismo, da colagem, do sincretismo invertebrado e, sobretudo, a perda do ‘objeto’ e a perda do ‘sentido’.” (CASTORIADIS, 2002, p.237).

Para esses autores do fim da filosofia, a sociedade não poderia mais ser concebida como um campo de conflito entre duas classes sociais, mas como uma rede de comunicações lingüísticas ou “jogos de linguagem”. A ciência, por exemplo, seria apenas um entre tantos estilos narrativos, heterogêneos. Esses autores destacam ainda que o poder não se encontra em última instância na estrutura do Estado, mas em pequenas esferas de poder locais que reproduziriam o domínio social por meio de discursos difusos. Por este pensamento, apenas por meio de ataques multifacetados e pluralistas às práticas localizadas de repressão do sistema

capitalista é que este poderia ser combatido sem que novas formas de repressão se perpetuassem. De acordo com a limitada lógica pós-modernista, a sociedade deve ser analisada setorialmente pelas relações dos grupos sociais, não mais pelas classes sociais, uma vez que práticas difusas de revolta seriam mais adequadas às transformações forjadas para reestruturação produtiva social. Os chamados novos movimentos sociais, surgidos a partir da década de 1960, seriam o centro do protagonismo político do século XXI, tendo como peculiaridade organizativa a segmentação e a fragmentação, constituindo identidades a partir da etnia, nacionalidade ou até habilidade; mas não mais por classe social. As mudanças recentes na organização produtiva capitalista colocariam um fim à associação entre o proletariado e o seu papel de sujeito da revolução social, delegando essa atribuição aos “novos sujeitos” emergentes, os novos movimentos sociais marcados pela diversidade e multiplicidade. Os intelectuais profissionais, assim com o restante da sociedade vítima do isolamento, procuram uma nova perspectiva ética para guiar os atos e comportamentos singulares. “Impossível não constatar a semelhança desta mudança de direção do fechamento na esfera ‘privada’ que caracteriza a época e a ideologia ‘individualista’.” (CASTORIADIS, 2002, p.241). Ignora-se por estas novas teorias o fato de que os seres humanos pertencem ao mundo social capaz de materializar e significar os atos dos seus integrantes e que as condições de mudança da sociedade dependem, sobretudo, de enxergar as relações de tensão em sua totalidade, ou seja, na irrefutável verdade de que a maioria dos problemas sociais resume-se na disputa entre a classe dominante capitalista (oligarquia liberal) e a classe operária (legítimos portadores do sentido do projeto de autonomia). “Na qualidade de indivíduos, não escolhemos nem as perguntas às quais teremos de responder, nem os termos nos quais elas serão colocadas, nem, sobretudo, o sentido último de nossa resposta uma vez dada.” (CASTORIADIS, 2002, p.242).

Por meio desses elementos, é possível perceber que há um questionamento, dentro de alguns autores contemporâneos, dos principais pilares da modernidade, entre eles o da classe trabalhadora como agente heroico de sua própria libertação através do conhecimento e da análise da totalidade de uma sociedade. Um traço definidor dos adeptos da corrente pós-moderna é justamente a perda da credibilidade nas assim chamadas “metanarrativas”, que foram substituídas por teorias fragmentadas, multifacetadas e plurais de compreensão da realidade. “Ou você se entusiasma com uma metanarrativa específica, como a história do avanço

tecnológico ou a marcha da Mente, ou você acha essas fábulas opressivas e se volta então para uma pluralidade de relatos.” (EAGLETON, 1998, p.108). Num momento de falência temporária dos movimentos políticos de massa, tendo em vista também a reestruturação produtiva na segunda metade do século XX, surgiu uma perspectiva teórica que retirou a identidade entre projeto de autonomia e transformação social ao mesmo tempo em que anunciou o fim da análise da totalidade como atividade primordial da intelectualidade. “A monstruosidade dos regimes comunistas levou muitas pessoas, e das melhores, a recusar toda visão e todo objetivo globais da sociedade e a buscar em suas consciências individuais (ou em princípios de transcendência) as normas capazes de guiar sua resistência.” (CASTORIADIS, 2002, p.240). Do ponto de vista da estratégia política, a afirmação da anti-totalidade significa o reconhecimento da impotência de organização do movimento revolucionário contra o capitalismo, pois na medida em que não é possível combatê-lo de modo total, busca-se elencar pontos marginais do sistema que podem ser transgredidos ou subvertidos momentaneamente. “Esse seria um meio conivente de racionalizar a nossa impotência” (EAGLETON, 1998, p. 12). “À medida que o antagonismo de classes se normaliza, explosões surgem aqui e ali, sem passado ou futuro e desaparecem com o mesmo fulgor com que apareceram.” (LIPOVETSKY, 2005, p.187). Os atuais movimentos sociais têm em comum o fato de não mais se posicionarem radicalmente dentro da luta de classes articulada ao redor do proletariado organizado.

Ao contrário das análises desmobilizantes das correntes pós-modernistas, a atividade intelectual precisa elucidar as mudanças econômicas, sociais e culturais, decorrentes da queda da teoria marxista, com o objetivo de subsidiar possíveis ações políticas de transformação social. Somente por meio de uma compreensão ampla do novo contexto cultural e econômico será possível imprimir contrapontos às significações sociais capitalistas centrais. “A política está condenada a gerenciar os efeitos do desenvolvimento econômico ou deve organizar a economia para colocá-la a serviço de um projeto de civilização respeitoso pelo meio ambiente, pelos direitos humanos, pela repartição harmoniosa das riquezas produzidas?” (GAULEJAC, 2005, p.264). Não se trata de conformar os acontecimentos sociais a algum conjunto predeterminado de normas lógicas, mas, na verdade, consiste em elucidar as características fundamentais de uma ordem social e elaborar os modos alternativos de conceituação dos problemas práticos mais importantes. A democracia se constrói

pelo estabelecimento cotidiano das relações humanas que de nenhuma forma são dadas totalmente, nem predeterminadas, mas se inventam e se desfazem em função das situações, das relações de forças, dos conflitos, das ações realizadas de comum acordo. A política recupera seu vigor quando se põe como projeto de autonomia capaz de potencializar a dignidade da participação cidadã que permita a divisão de tarefas baseada na possibilidade de todos exercerem, a qualquer momento de suas vidas, as mais variadas atividades essenciais para a instituição do regime da auto-limitação. É preciso assumir posição na batalha ideológica contra a oligarquia liberal por meio da construção de um novo imaginário social que permita pensar diferentemente as relações entre o econômico, o social e o político. “E nós estamos numa época de crise, no sentido antigo do termo, de decisão, onde os elementos de decomposição desse projeto de autonomia e os elementos de uma retomada desse projeto coexistem sem que seja possível fazer apreciações comparativas e quantitativas.” (CASTORIADIS, 2007b, p.339). O projeto de autonomia tem por característica desenvolver as capacidades reflexivas e deliberativas para operar novas possibilidades do real por meio da criação lúcida da imaginação no domínio social-histórico. Para tanto, a imaginação deve contestar o peso das tendências heterônomas e imaginar outros modos possíveis de instituição social autônoma, principalmente pela substituição da lógica instrumental pela reflexão filosófica. As pessoas autônomas são capazes de criar um espaço de liberdade sem apelar para o império do controle dos comportamentos ou para a busca incessante por resultados. A essência da colaboração e da criatividade humana encontra sua fonte em formas de organização que permitem a cada um de seus membros desenvolverem suas próprias potencialidades ao mesmo tempo respeitando as dos outros. A autonomia, tanto no plano do pensamento quanto na ação coletiva, apóia-se na canalização da energia social para a realização concreta da democracia, desde o planejamento econômico dos recursos básicos de produção até uma cultura com força para significar as experiências humanas de maneira consistente, duradoura e digna. A evolução atual da cultura possui estreita relação com a inércia e a passividade social e política atuais, portanto, torna-se necessário o renascimento da vitalidade criativa das formas e conteúdos da produção cultural em todas as esferas da criação humana para que sirva de base para a linguagem do novo grande movimento social-histórico que reativará a democracia em todos os níveis da sociedade. “Clístenes e seus companheiros não podiam ‘prever’ a tragédia

e o Partenon – como os Constituintes ou os Pais fundadores não teriam podido imaginar Stendhal, Balzac, Flaubert, Rimbaud, Manet, Proust, Poe, Melville, Whitman e Faulkner.” (CASTORIADIS, 2002, p.238).

## 6 CONCLUSÃO

A recusa da ação política nas atuais formas societárias, baseadas nas decisões das corporações internacionais, centralizadas e respaldadas nos padrões midiáticos, aponta para o crescimento da violência e declínio da persuasão como mediadora dos conflitos sociais. A tentativa de obscurecimento do projeto de autonomia conduz à instauração de um sistema societário em que os homens, privados de sua condição de seres capazes de agir e falar, são considerados substituíveis como animais ou peças de alguma máquina complexa. Assim, a reflexão sobre a política a partir dos argumentos castoridianos repensa as possibilidades de resistência no contexto da ilegitimidade que a sociedade contemporânea experimenta com o predomínio do econômico em detrimento do público. A transformação da política em mera instância encarregada da administração da sociedade é algo que preocupa Castoriadis em toda sua bibliografia. Trata-se de diagnosticar o perigo em deixar os assuntos comuns nas mãos de especialistas tornando os cidadãos incompetentes para opinar sobre o que diz respeito a todos, afastando-os dos embates públicos.

A superação da *apolitia*, criada pelos processos globalizantes, implica num confronto direto com a ideologia capitalista que obscureceu a legitimidade da instituição social advinda da participação direta dos cidadãos nas decisões comunitárias. O exercício da autonomia, tal como foi pensado pelos gregos e movimentos operários, iniciado a partir da ideia de isonomia, constitui a saída para a reconstrução da dignidade humana por meio da edificação de espaços para a liberdade. Toda decisão política deve levar em consideração a intersubjetividade na qual o cidadão é inserido, sem recorrer às provas ou demonstrações extramundanas para fortalecer seu ponto de vista. Sendo de origem metafísica ou científica, a verdade não confere respeito ao governo democrático porque está situada além do diálogo e consentimento. Somente a ação que estimule o contato entre os homens possui legitimidade para assegurar o espaço público onde predomine o respeito à dignidade humana, bem como, a consolidação da autonomia.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto IV: A ascensão da insignificância**. Trad. de Regina Vasconcellos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto VI: Figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Janela sobre o caos**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico: seminários 1986-1987: a criação humana I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GAULEJAC, Vincent De. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. 3. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri, SP: Manole, 2005.